

NARRATIVAS URBANAS DE PERSONAGENS INVISÍVEIS: as (des)políticas públicas na cidade de pessoas em situação de rua

Autor 1: PINHEIRO, Ethel¹

Autor 2: ALVES, Rachel²

Abstract

*The paper aims to demonstrate the importance of narratives of homeless people - PSR, invisible characters who live in informal territories. To reach this goal, this work is supported by the research entitled “**Cartographies of an Invisible City**”, funded by FAPERJ, and conducted by the author. The research deals with the survey of PSR's overnight and wandering points in Rio de Janeiro neighborhoods, highlighting “invisible cities” formed by the unpaid work activity of hundreds of people without a political role. The article intends to build the “x-ray” of this invisible city through field research that will present narratives of 4 characters in four neighborhoods (Centro, Tijuca, Copacabana and Botafogo), using bibliographic references and research into urban legislation. The fieldwork occurs by night outings and a questionnaire with semi-structured questions, which made it possible to categorize the functions and paths of PSR. Thus, this paper demonstrates the expressions of appropriation and uses in city strata that the vast majority choose to ignore, leading to the recomposition of relations between the public and private spheres in a democratic way in urban proposals.*

Keywords: public policies, social invisibility, narratives, Rio de Janeiro.

Resumo

*O artigo visa demonstrar a importância das narrativas de pessoas em situação de rua - PSR, personagens invisíveis que residem em territórios informais. Para tanto, este trabalho se ampara na pesquisa intitulada “**Cartografias de uma Cidade Invisível**”, apoiada pela FAPERJ, e conduzida pela autora. A pesquisa trata do levantamento dos pontos de pernoite e de deambulação de PSR por bairros do Rio de Janeiro, evidenciando “cidades invisíveis” que se formam pela atividade laboral não remunerada de centenas de pessoas sem papel político. O artigo pretende construir a “radiografia” dessa cidade invisível, por meio de pesquisa de campo que apresentará narrativas de 4 personagens localizadas em quatro bairros (Centro, Tijuca, Copacabana e Botafogo), utilizando também de referências bibliográficas e pesquisa à legislação. O trabalho de campo é viabilizado por saídas noturnas e por um questionário com perguntas semiestruturadas, que possibilitou categorizar as funções e os percursos das PSR. Deste modo, o trabalho demonstra as expressões de apropriação e usos em estratos da cidade que a grande maioria escolhe*

¹ Professora Doutora da FAU/UFRJ, Arq. e Urb. (Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura, Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio de Janeiro), <https://orcid.org/0000-0002-2357-6489>, Brasil, ethel@fau.ufrj.br

² Mestranda, Arq. e Urb., Assistente Social (Laboratório Arquitetura, Subjetividade e Cultura, Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro), <https://orcid.org/0009-0000-6879-1783>, Brasil, rachel.alves@fau.ufrj.br

ignorar, demonstrando a necessidade de recomposição das relações entre a esfera pública e privada de maneira democrática nas propostas urbanísticas.

Palavras-chave: *políticas públicas, invisibilidade social, narrativas, Rio de Janeiro.*

Área temática: *CIDADE – sobre o campo do urbanismo*

Subárea temática: *8. Bairros informais, moradia precária e vulnerabilidades urbanas*

1. Introdução

Em uma das obras mais importantes do século XX, Sennet (2014, original de 1970) examina como a privacidade crescente e a individualização, desde a Modernidade, têm afetado a capacidade das pessoas de se relacionarem em espaços públicos, e tenta definir o que é identidade coletiva. Discute-se ali também a importância do espaço público para a formação de uma cidadania ativa, considerando o "homem público" um ente modificado, pois, se antes tal publicidade era dada a indivíduos que se engajavam ativamente na vida pública da cidade, atualmente – e como sabido – é possível que pessoas sem qualquer interação social sejam as mais reconhecidas por um sistema que acaba privilegiando quem menos disputa o valor espacial.

Na outra linha desta corrente estão, justamente, as pessoas que mais utilizam o espaço público, por falta de moradia e – por questão de origem – falta de inserção no mercado de trabalho, que as leva à categoria de seres menos políticos. Deve-se notar que não nos referimos à falta de politização, algo já refutado pela pesquisa em andamento, e que dá forma a este artigo. São esses corpos/pessoas, que demonstram uma virada na compreensão do valor desse "homem público", pois vivem e dinamizam as ruas, absorvendo delas toda a sua forma de expressão – e provocando a necessidade de um novo urbanismo. São pessoas rechaçadas de censos identitários, números gerais de empregabilidade nacional, quantitativos de ordem econômica, mas, em resposta irônica a isso, são os reais "homens públicos" sennetianos, tentando negociar com os demais corpos produtivos um lugar para si.

Tal mudança no sentido de homem público tem um impacto direto nas cidades, levando a uma diminuição da vitalidade urbana, em espaços onde a frequência de "novos homens públicos" é grande. As pessoas em situação de rua são pouco reconhecidas por ser valor individual, e sua presença em diversos espaços leva a um enfraquecimento do senso de comunidade – cada vez maior, com o aumento significativo dessa categoria nos últimos 5 anos. Estudos recentes, em especial após a Pandemia pela COVID-19, indicam que os espaços públicos que lutam contra o flagelo da solidão e do abandono, mantendo atividades e usos coletivos sempre em transformação, geram bairros e cidades mais vivas e dinâmicas – e, por consequência, mais democráticas (Beiguelman, 2020).

A Lei Nº 14.821/2024, que Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua), estabelece em seu art. 1º o conceito jurídico de População de Rua, a saber: "(...) grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório (...)" (Brasil, 2024).

Neste artigo, a ideia de corpo de rua/corpo na rua é colocado, assim, como forma de equipar um pensamento não hegemônico, invertendo a lógica de que uma pessoa que "está na rua" não tem escolha ou solução, pois, ao contrário, as incursões por bairros cariocas, já realizadas durante a pesquisa "[Cartografias de uma Cidade Invisível](#)", tem demonstrado que existem inúmeros motivos para que pessoas estejam na rua (a instituição da *uberização* do trabalho no mundo é uma delas). Portanto,

é possível compreender que a deambulação por espaços livres constrói um novo tipo de cidade: aquela que se fragmenta das noções formais de seu planejamento urbano.

É possível afirmar que o espaço de uso cotidiano e de vivência só pode ser impresso e compreendido em seu valor emergente, ou seja, através do caráter coletivo e dinâmico que as interferências políticas e sociais constroem. Sennet (2014), auxilia nessa compreensão, ao explicitar de maneira fervorosa as dualidades da pessoa “de nosso tempo”, visto, que vive entre a solidão e a individualidade, traçando uma vida coletiva sem, de fato, coletivizar a vida urbana em espaços públicos. Esse homem tem medo e se isola do que considera “à parte”.

Ao discutir o conceito de espaço público é essencial apresentá-lo como um termo complexo, multidimensional e dicotômico, que só tem sentido na oposição com o privado. Na conceituação de espaço público é preciso estabelecer, segundo Lavalle (2005, p. 37): “três dimensões do ‘público’ correlacionados com seus adjetivos do mundo ‘privado’: 1. Público versus privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; 2. Público versus propriedade ou interesse particular e 3. Público versus não difundido”. É fato que para a população em situação de rua, a dimensão pública é a mesma da dimensão privada, visto que a privacidade e a noção de propriedade estão ali, desenvolvidas.

Tal relação das dimensões público x privado ganha validade através da análise das ambiências urbanas no cenário atual das metrópoles pós-COVID 19, fortemente atingidas pelo aumento da pobreza e pela ocupação de pessoas em situação de rua em áreas livres e públicas das cidades. Esse cenário dicotômico de usos do espaço acaba interferindo no grau de agradabilidade de praças, becos, vielas (espaços públicos), e consolida um repúdio à presença do Outro, que é diferente.

O Governo Federal trabalha atualmente com dados do CadÚnico (Cadastro Único de Programas Sociais), cujos números do mês de junho de 2020 assinalavam 145.448 famílias em situação de rua, incluindo famílias unipessoais cadastradas em todo o país. O estudo mais recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostrou um aumento significativo nos números gerais (de 10 vezes mais) entre 2013 e 2023, sendo registradas 227.087 pessoas em situação de rua no Brasil, no início de 2024³. Em outro estudo, citado na Resolução Nº 605, de 13 de dezembro de 2024, realizado pelo Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua (OBPopRua/POLOS-UFMG), constatou-se que haviam 22.922 pessoas em situação de rua em 2013, 242.756 pessoas em dezembro de 2023 e 309.998 em 2024.

No Rio de Janeiro, o Censo de População de Rua 2023 da Prefeitura identificou 7.865 pessoas na capital, um aumento de 8,5% em relação a 2020, onde 78,6% exerciam alguma atividade para a obtenção de renda, 57,7% como catadores de materiais recicláveis, 20,7% camelôs, 3% flanelinhas e 3,5% trabalhavam com carteira assinada. Ignorar a força desses dados sobre o espaço urbano é praticamente impossível.

2. Objetivos

Dentre as ações da pesquisa em andamento, o mapeamento sensível dos espaços públicos de diversos bairros do Rio de Janeiro tem evidenciado a pulsação de uma cidade oculta, desigual e “sem regras”, que se materializa por pessoas sem um papel político definido na sociedade. O artigo, então, objetiva construir o retrato (ou a radiografia) dessa cidade e de suas idiossincrasias, por meio da coleção das narrativas de quatro personagens “invisíveis”, utilizando de fontes bibliográficas e pesquisa à legislação para fundamentar a proposta e de pesquisa de campo para consolidar as análises. O trabalho de campo

³ Vide: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-07/pais-tem-3008-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-mais-de-80-mil-em-sp>

acontece em saídas noturnas e pela aplicação de um conciso questionário com perguntas semiestruturadas, que possibilitou categorizar as funções, rotinas e os percursos relatados.

O mapeamento dessas pessoas, por meio de uma Cartografia Afetiva (Rolnik, 2007), permite evidenciar esta cidade invisível como meta final da pesquisa, posto que não está defronte aos olhos, mas oculta. A cartografia que a pesquisa lida é baseada no preceito primordial de um cartógrafo: representação geométrica simplificada de um território por meio de plantas, mapas e cartas. Mas, um pouco além, busca o mote da afetividade: o mapeamento das relações estabelecidas com os sentidos humanos e pelas apropriações dos corpos nos espaços.

Para este artigo, resolvemos demonstrar como a atuação desses corpos que estão na rua, e sobrevivem dela, constrói uma ideia específica de ação na cidade, a partir de suas narrativas. Identificamos uma multiterritorialidade bem cuidada por suas deambulações, assim como a ausência de um trabalho intersetorial sistematizado, partindo do princípio que, de acordo com os narradores, o cuidado urbano fica à mercê de políticas de assistência social e de saúde, sendo poucas as vagas para acolhimento em abrigos, o que faz com que as soluções para a sobrevivência sejam tomadas pelas pessoas em situação de rua.

Em 2009, o Poder Executivo Federal editou o Decreto Nº 7.053, instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR). A partir desse Decreto, essa população foi oficialmente reconhecida pelo Estado brasileiro, sendo interpretada como público específico, com definição própria, sujeitos de direito que precisam ser atendidos de acordo com as especificidades de seu viver e dos desafios que enfrentam.

O pequeno universo de informantes da pesquisa em andamento (em torno de 160 pessoas), encontrados nos trabalhos de campo noturnos desde início de 2024, indicou que as noções de ocupação e funcionalidade da cidade não refletem a realidade dos planos urbanísticos.

A pesquisa tem demonstrado um novo rumo para a concepção de “classe trabalhadora” e de territorialidade, por conta de alguns fatores:

- 1) a assunção de que “os trabalhadores da rua” cumprem um papel social – seja limpando calçadas, cuidando de portas de comércio ou coletando material reciclável;
- 2) o pernoite em comunidade (grupos de 3 ou mais pessoas, residentes de um mesmo local por mais de 1 ano, por exemplo) consolida um espaço simbólico e identitário importante;
- 3) a definição de personagens (típicas) que podem demonstrar formas repetidas de manutenção do espaço urbano, como nos primeiros ensaios de Sennet (2014) sobre a metrópole.

Desta forma, o artigo visa delinear os problemas da cidade vivida por personagens invisibilizadas, e também as fragilidades do sistema urbano, pelo relato de quatro personagens localizadas em quatro bairros (Centro, Tijuca, Copacabana e Botafogo), que representam adequadamente o universo analítico do Rio de Janeiro, amparando-se numa pesquisa qualitativa.

3. Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa “**Cartografias Afetivas, mapeamento da vitalidade urbana no cenário das ambiências contemporâneas**”, apoiada pela FAPERJ desde 2019, teve como meta revisar e estruturar metodologias etnodinâmicas que favorecessem a compreensão sociocultural do vínculo de usuários com determinados espaços livres públicos do Rio de Janeiro, ou seja, os fragmentos livres que são apropriados pelo uso coletivo, na esfera pública.

O mapeamento do vínculo afetivo atrelado a tais espaços urbanos era a base da pesquisa, durante a Pandemia pela COVID-19. No entanto, a revisão da abordagem estrita das relações afetivas para a análise das deambulações e permanências de pessoas em situação foi algo inevitável, visto que nos

anos 2021 e 2022 a presença dessas pessoas chegou a um nível alarmante. A meta da pesquisa passou a ser, então, o desenvolvimento de cartografias sensíveis que permitissem evidenciar as formas de ocupação, nas metrópoles, por pessoas em situação de rua, começando pelo Rio de Janeiro. Em apenas um ano de incursões noturnas (2024), realizadas sempre com uma van alugada para tal propósito (por isso cunhando o termo “deriva mecanizada”), e com o apoio de equipe interdisciplinar composta de arquitetos(as), assistente social, geógrafo(a) e estudantes de graduação, foram sondados os bairros da Gamboa, Centro do RJ, Botafogo, Copacabana, Tijuca, Vila Isabel, e mais recentemente, em 2024, Méier, Cachambi e parte de Madureira.

A Figura 1 indica o mapeamento dos pontos de permanência noturna das pessoas em situação de rua, desenvolvido a partir das derivas mecanizadas por bairros previamente decididos pela equipe de pesquisa. Em cada saída, as paradas de ponto em ponto para anotar a posição da pessoa em situação de rua, além de interlocutar e realizar o conjunto de entrevistas semiestruturadas, eram realizadas de forma espontânea.



Fig. 1 Mapeamento dos focos de permanência noturna no Centro do RJ, Gamboa, Tijuca, Botafogo e Copacabana. Fonte: autores (2024)

O georreferenciamento dos pontos de localização de pessoas em situação de rua, além da oportunidade de maior comunicabilidade mediada por um protocolo gentil de contato, tornou as etapas de derivas mecanizadas muito mais precisas e adequadas. A pesquisa está aprovada pelo Comitê de Ética desde 2024 e segue toda a cartilha de tratamento ético e comprometido com pessoas em situação de vulnerabilidade (CAAE 77880024.2.0000.5582).

Analisar esses diversos bairros do Rio de Janeiro, por meio das ambiências consoantes aos usos desenvolvidos por pessoas em situação de rua, tem enriquecido as sondagens por espaços públicos e exigido que a metodologia seja estratificada. Por isso, o processo metodológico se baseia em três etapas sequenciais, conforme apresentado em artigo recém publicado (Pinheiro, 2024): “1) busca direta da localização de pessoas em situação de rua pelo RJ, por meio da observância de seus pontos de descanso, por meio de saídas a campo em horários noturnos e com o auxílio de transporte fretado para a segurança da equipe; 2) acolhimento e conversa direta com os interlocutores, com fornecimento de alimentação e de material explicativo sobre a pesquisa; 3) aplicação de entrevista semiestruturada, visando mapear os pontos de permanência noturnos e as deambulações diurnas/vespertinas, além de registros das narrativas pessoais.” (Pinheiro, 2024, p. 2070).

Foi possível, a partir desses dados, construir um mapa-deambulante – como que ‘alças’ (de ir e vir) que mostram a ação de deambular e o ato de retornar ao ponto de descanso noturno. O ir e vir expressa o

desejo de cidade que o corpo realiza. Com os dados fornecidos pelas pessoas em situação de rua, nas entrevistas, desenvolvemos então as primeiras cartografias – que marcam pontos de interesse no tráfego pela cidade, muitas vezes associados a um local que possibilita desenvolver o trabalho “da rua”, a recepção de comida ou a visita a algum familiar (Fig. 2 e 3).

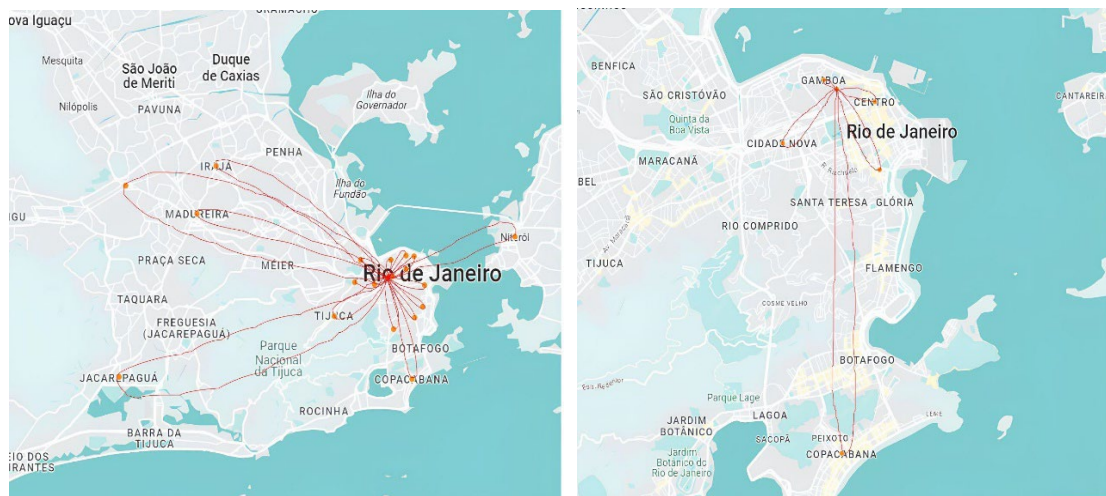


Fig. 2 Mapa-deambulante extraído a partir de entrevistas realizadas no Centro (à esq.) e Gamboa (à dir.). Fonte: autores (2024).



Fig. 3 Mapa-deambulante extraído a partir de entrevistas realizadas na Tijuca (à esq.) e Copacabana (à dir.). Fonte: autores (2024).

A metodologia, em sua primeira fase já desenvolvida, consolida respostas obtidas em bairros da zona sul, norte e central do Rio de Janeiro. Num primeiro contato direto, em formato de entrevista, foi observado na região do Centro do RJ e especialmente em outros bairros (Tijuca e Copacabana) que existe uma rotina ou um motivo para o deambular, que se manifesta nas mais diferentes atividades laborais praticadas pelos nossos interlocutores. Tais percursos e atividades citadas fazem parte da paisagem cotidiana das cidades.

Para representar o cenário das narrativas repassado pelos interlocutores nessas saídas a campo, tomaremos 4 personagens, identificadas nos bairros do Centro, Tijuca, Botafogo e Copacabana, respectivamente: D.C, 54 anos; A.C., 45 anos; J.C.S, 44 anos; e W.F.L. 52 anos. Exporemos os resultados da pesquisa por meio dessas quatro vivências que, em conjunto, refletem as (des)políticas urbanas e os meios de sobrevivência dessa cidade invisível, que é feita por uma construção tanto geográfica (pelas deambulações), quanto urbanística (pela fundação de microterritórios).

4. Resultados

Tiengo (2018) reforça a visão de que a pessoa em situação de rua não é desprovida de vontade de ação, ao ressaltar que “(...) a situação de rua não é uma condição escolhida pelas pessoas que nela se encontram, muito pelo contrário, elas foram colocadas nessa condição (...) e usam espaços geralmente ‘não nomeados’ pelos planos diretores para desenvolver suas atividades” (Tiengo, 2018, p. 139).

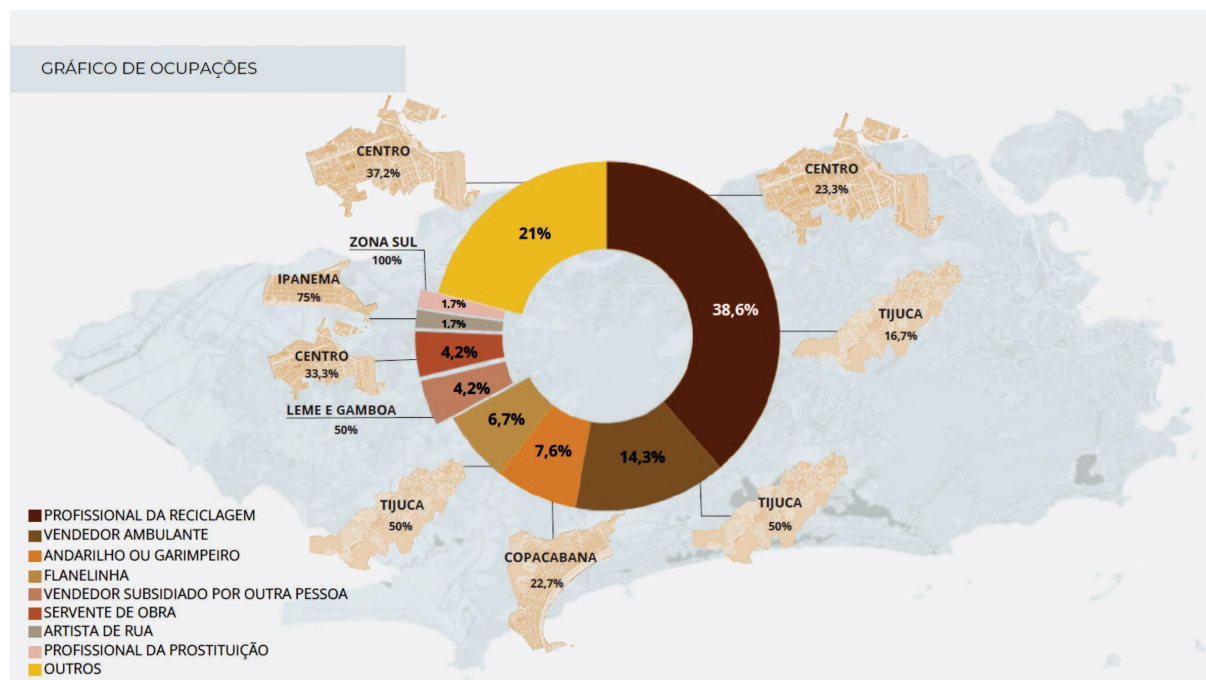


Fig. 4 Mapa e de atividades laborais e localização de onde as atividades mais ocorrem. Fonte: autores (2025).

Apesar de uma das atividades mencionadas ser a que mais cresce nos grandes centros urbanos, a de catador de material reciclável, e apesar de existirem sindicatos e associações que representam tais interesses, incluindo normas para se transitar pela cidade – como faz a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), ainda há desafios para garantir a formalização completa dos direitos trabalhistas e a estruturação da ação de forma espacial.

Postos os dados quantitativos, cabe apresentar a cidade pela narrativa das personagens, como proposto. No Centro, na Av. Presidente Vargas, na calçada do edifício dos Correios, D.C, que tem 54 anos e há dois anos está em situação de rua, reside no mesmo local e será apresentado como “o catador de lixo extraordinário”. Na Praça Saenz Peña, Tijuca, A.C., 45 anos, há seis meses habita e vende livros na praça, sendo “o livreiro ambulante”. Dois personagens trabalham nas orlas das praias: em Botafogo, J.C.S., 44 anos, trabalha há seis meses na reciclagem e deambula todos os dias da praia de Ipanema até o Leme, sendo chamado de “o garimpeiro”, por encontrar em sua deambulação muito material com alto valor de troca; e W.F.L. 52 anos, tem esposa e filhos que residem na Baixada Fluminense, preferindo deambular em Copacabana para sustentar a família com o trabalho de reciclagem e venda de água, sendo este o “caixeiro viajante”. Cada personagem foi definida por um conjunto de atributos que se assemelham a outras personagens analisadas. Dos 160 informantes, esses quatro tipos “da rua” são emblemáticos para os demais, pois retratam a forma com que se apropriam do território, e como mantêm a convivência com outras pessoas em situação de rua e com a sociedade civil, criando seus territórios de vida. Guattari e Rolnik (1986, p.323) definem território como: “(...) tanto um espaço vivido quanto um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’”.

O catador de lixo extraordinário vive a cidade em trânsito, tendo definido o Centro do RJ como ponto de pernoite estratégico, junto com dezenas de outras pessoas: a calçada da Agência dos Correios, visto que a coleta de material reciclável é frutífera pelas ruas do centro econômico da cidade. No quarteirão próximo ao local de pernoite localiza-se a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, a poucos quilômetros do gabinete do Prefeito e dos Secretários municipais de Urbanismo, Saúde, Assistência e Trabalho, e Renda. Há dois anos ele sobrevive exclusivamente dessa coleta e venda de material reciclável, explorando o trajeto que envolve as ruas do Mercado do Saara, onde há um comércio local intenso, a Av. Presidente Vargas, Largo da Carioca, Rua México e adjacências. O catador de lixo extraordinário acorda muito cedo, já que a área onde se abriga é o centro nervoso político e de serviços. Pernoita com uma comunidade, e diz: “Somos uma comunidade e nos apoiamos, assim como a marquise desse prédio nos apoia”. O catador de lixo vive carregado de sacos muito maiores que seu próprio corpo; dorme, muitas vezes aninhado a garrafas de plástico, de metal e de vidro. Trafega pelas ruas, olhando com atenção os restos deixados pela cidade e fazendo um esforço comunal, com o sobrepeso que lhe cabe. O catador sabe que “Apesar de grande assim [sic], ninguém vê o catador”. Ele depende da cidade, mas não desfruta dela. Precisa de cantos, esquinas e marquises para proteger seu valioso material. Ele depende de que os espaços públicos providenciem armazenamento.

O livreiro ambulante é uma categoria profissional bastante valorada no conjunto de atividades das pessoas em situação de rua, pois indica que a pessoa sabe/gosta ler e se expressar socialmente. O livreiro faz uso da Praça Saenz Peña, onde em determinados momentos do dia muitas pessoas trafegam e param para descansar. Consegue a mercadoria através de doações dos moradores e da coleta específica nos lixos do bairro que habita, a Tijuca. Em algumas noites do mês, com o apoio de associações que distribuem alimentos e trocam conversas com as pessoas em situação de rua no bairro, o livreiro ambulante se sente mais seguro para expor seus livros e encontrar pessoas dispostas a comprá-los. De outra feita, ele segue andando pela Rua Conde de Bonfim, a via arterial do bairro, expondo seus livros quando encontra uma sombra, uma marquise ou um banco. Ele também dorme pelo bairro, nos lugares onde encontra esse “teto” para se proteger. “É difícil achar esse lugar, mas me sinto acolhido embaixo da marquise do comércio ou perto da Praça [Saenz Peña], que é para todos”, diz ele. A cidade, para o livreiro, precisa de mais áreas sombreadas, pois entende que o território onde circula tem isso e, assim, o “abraça”.

O garimpeiro, há seis meses em situação de rua, descobriu que as orlas das praias de Ipanema e Copacabana guardam relíquias. Denomina-se um “catador de material reciclado”, mas um material mais específico e que tem um valor econômico superior do que papel e garrafas plásticas. Coisas perdidas ou esquecidas, como sandálias, óculos de sol ou de leitura, porta-retratos, maços de cigarro, blusas e canetas, danificadas ou não, todas tem valor de venda e escambo no mercado “da rua”, pois garantem a refeição do dia ou a passagem para ir um pouco mais longe e continuar garimpando. O garimpeiro gostaria de se especializar em alguma coisa, mas tem baixa escolaridade e não encontrou serviço adequado. O trajeto entre a orla de Ipanema, do Arpoador, a virada para Copacabana e então o Leme, que somam mais de 5km, é feito várias vezes ao dia, até que o corpo canse e então procure um descanso, pela Av. Nossa Senhora de Copacabana. Relatou que o bairro o acolheu respeitosamente e construiu uma rede de comerciantes locais, que o ajuda de diversas formas. Ele diz para nós: “Não tem sombra na beira da praia. Nenhuma árvore... nem lugar de sombra [sic]. Poderia ter. Não sou apenas eu que preciso descansar, né?”. Para o garimpeiro, ter onde parar e descansar é necessário, mas a cidade praiana só o recebe com cansaço e insolação.

A última personagem é o caixeiro viajante, que tem família, desejos e planos, mas mora muito distante das áreas centrais – na Baixada Fluminense, a quase 90Km da capital. Ao falar dos filhos, ficou com a voz embargada. Ser uma pessoa em situação de rua, neste caso, é quase uma ação compulsória. Durante a semana, o caixeiro perambula por Copacabana, muitas vezes sem conseguir dormir, por ruas internas (Av. Nossa Senhora de Copacabana, Rua Barata Ribeiro) e periféricas (Av. Atlântica, de

frente para o mar), e coleta material reciclável, que vende em bairros distantes – como o Jacaré, perto de Benfica – ou vende garrafinhas de água, que são igualmente compradas em bairros da zona norte. O caixeiro viajante é, exatamente, o indivíduo que transporta e entrega as mercadorias em diversos lugares, sejam de compra ou de venda. Ele lucra enquanto não gasta dinheiro algum com aluguel de quarto ou com refeição completa. Quando consegue o suficiente para a família, retorna ao modesto lar e logo depois volta para a zona sul do Rio de Janeiro, fazendo um movimento pendular prejudicado pela falta de mobilidade e de acessibilidade da cidade. É a primeira vez que fica em situação de rua, não tendo articulação com as pessoas em situação, no mesmo território.

Catadores, livreiros, garimpeiros e caixeiros viajantes. Cada personagem enquadra muitas outras que repetem as mesmas ações. Com as narrativas acima apresentadas, verificamos que as pessoas em situação de rua podem se enquadrar na condição de classe trabalhadora, assim como ocupar espacialidades e definir percursos específicos na ação laboral (Fig. 5), apesar de não fazerem parte do trabalho regulamentado na cidade. O trabalho informal aparece como principal estratégia voltada para a sobrevivência, assim como a busca por rotas e trajetos que mantêm a invisibilização dessas pessoas em sua jornada diária. Essas rotas de fuga promovem, como apresentado nas narrativas, “corruptelas” no urbanismo da cidade, criando espaços de estocagem e pernoite, usos diferenciados de calçadas e praças, além de uma série de revisitações do planejamento urbano, que sinalizam por onde um corpo andou – uma rota que se apaga, por não ter vínculos com a cidade formal.

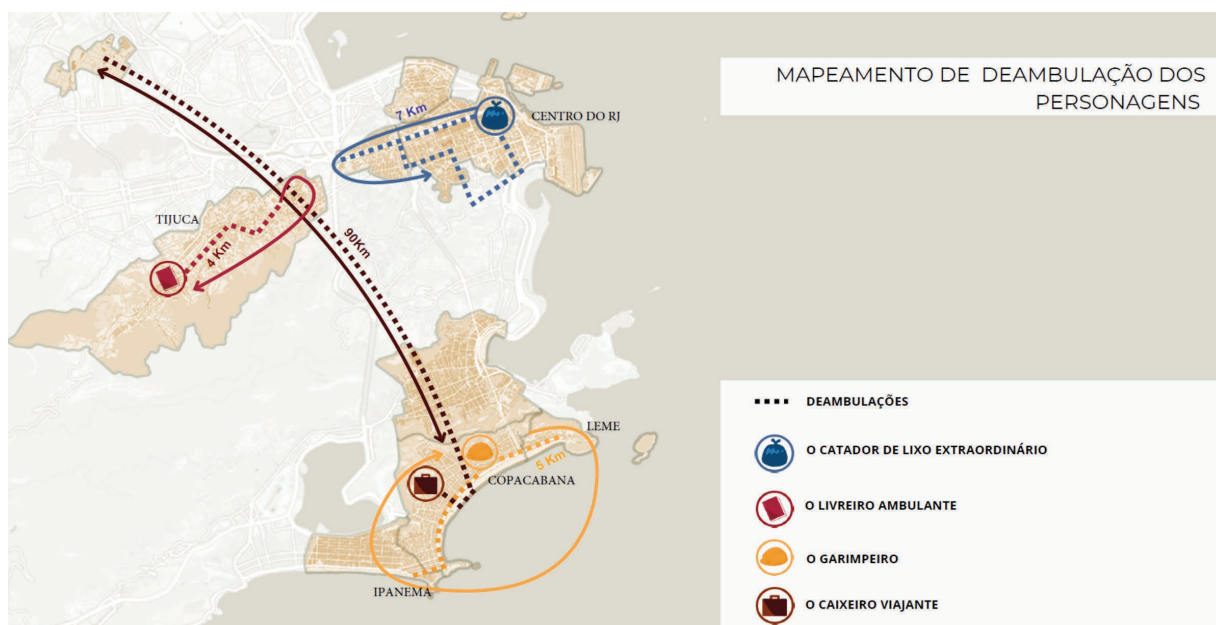


Fig. 5 Cartografias de mobilidade das personagens em situação de rua, de acordó com seu trânsito no território de vivência. Fonte: autores (2025).

5. Conclusões

A mudança de perspectiva no modo de enxergar os espaços livres/públicos das cidades nos últimos vinte anos trouxe o fortalecimento de uma abordagem existencialista e fenomenológica dos lugares de convívio, que acabou por solidificar expressões de apropriação diferenciadas. Nada, no entanto, preparou arquitetos e urbanistas para lidar com um mundo em que a população em situação de rua cresce vertiginosamente, e necessita de respostas espaciais.

Ao lidar com a abordagem de espaços habitados de forma invisível por pessoas em situação de rua no RJ, colocamos em evidência as relações conflituosas do espaço urbano. Tais relações (de usos e atividades informais, de negligência dessas vidas, ou de separatismo espacial), postas lado a lado,

solicitam a construção de metodologias de projeto mais promissoras, no sentido de ampliar a sensibilidade ao Lugar e às histórias-narrativas de seus usuários.

Neste sentido, os relatos/narrativas catalogados já demonstram os desafios que a gestão pública requer para ampliar o cuidado com as classes minoritárias, entrelaçando a ação com o estudo das características morfológicas e sociais de cada bairro onde ocorrem as deambulações, para que ocorra a atenção necessária às desigualdades locais nas propostas urbanísticas almejadas.

A síntese do método construído em “**Cartografia de Cidades Invisíveis**” permitirá, ao final da pesquisa, previsto para 2026, a representação por meio de esquemas gráficos georreferenciados e análises sensíveis que evidenciarão o padrão de circulação e permanência de pessoas em situação de rua em determinados espaços da cidade, promovendo a visibilização de uma cidade ocultada pela falta de políticas públicas adequadas – já que a repelência a esses corpos os torna ignorados. Através das narrativas apresentadas, é possível entender que os tipos de pessoas “na rua” favorecem a compreensão de personagens ativas na cidade, que fundam um tipo de urbanismo involuntário, mas sobrevivente, uma vez que é atribuído por uma figura-personagem que exerce uma ação, deveras política, ao fundar uma outra cidade: a cidade deambulante.

6. BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, B (2006). Becoming and being hopeful: towards a theory of affect. In *Environment and Planning: Society and Space*. Volume 24 (733-752).

BEIGUELMAN, G. (2020). *Coronavida: pandemia, cidade e cultura urbana*. São Paulo: Ed. Escola da Cidade.

BRASIL (1992). Pacto Internacional dos Direitos Economicos, Sociais e Culturais. Decreto Nº 591, de 06 de julho de 1992. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso em 30 março 2025.

____ (2009). Política Nacional para a População em Situação de Rua. Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Brasília: Diário Oficial da União, 2009a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 04 ago. 2023.

____ (2024). Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC Pop Rua). Lei n.º 14.821, de 16 de janeiro de 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14821.htm. Acesso em: 16 fev. 2024. Acesso em 30 março 2025.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.

LAVALLE, A. (2005). As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. *Espaço & Debates* 46. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Vol. 25(46) (33-44).

PJERJ - Comitê Interinstitucional de Atenção à População em Situação de Rua do Estado do Rio de Janeiro (CIPOP_RUA/RJ) (2024). Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Termo Nº 003/047/2024, publicado no DJERJ de 21/02/2024 e republicado no DJERJ de 22/02/2024. Disponível em: <https://portal.tj.tjrj.jus.br/documents/d/portal-conhecimento/relatorio-intranet-cipop-rua-1-pdf>. Acesso em 25 fev. 2025.

PINHEIRO, E. et al. (2024); Uma Cidade Invisível: cartografias sensíveis do espaço habitado por pessoas "sem teto"/ An Invisible City: sensitive cartographies of the space inhabited by homeless people. In: *Proceedings 5th International Congress on Ambiances: Sensory Explorations, Ambiances in a changing world*, Vol. 2. Lisboa e Rio de Janeiro: Ed. Lusófona (2062-2074). Disponível em: <https://www.ambiances2024.com/>. Acesso em: 22 fev. 2025.

SENNET, R. (2014). O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras.

ROLNIK, S (2007). Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina Editora.

TIENGO, V. M. (2018). O Fenômeno População em Situação de Rua Enquanto Fruto do Capitalismo / The Phenomenon Population in Street Situation as a Fruit of Capitalism. Textos & Contextos (Porto Alegre), 17(1) (138–150). Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1677-9509.2018.1.29403>. Acesso em 25 fev. 2025.